

## PREGÃO VAI ESTIMULAR ECONOMIA E AGILIDADE NAS COMPRAS DO MUNICÍPIO



Qualquer tipo de compra no município do Rio de Janeiro hoje - de material de escritório a maquinário importado - consome bastante tempo e dinheiro. O processo lento se deve às inúmeras fases impostas pelas regras de licitação: processos com a documentação de cada etapa, publicações no Diário Oficial e muitos vistos e assinaturas que resultam em cerca de três meses para a conclusão de uma compra.

Mas esta situação está prestes a mudar. No dia 27 de maio de 2003 o Prefeito Cesar Maia instituiu, pelo decreto nº 22.941, uma nova modalidade de compra: o pregão. Espécie de leilão às avessas, vence o fornecedor que oferecer o menor preço. O sistema pode funcionar na forma presencial ou eletrônica e reduzir o prazo de compra para cerca de 20 dias, com uma economia média de 25%, além de dar maior transparência ao permitir o acesso de qualquer cidadão em todas as licitações via internet.

O primeiro pregão para compras no município do Rio será realizado até o mês de agosto. Até agora, poucos técnicos da Prefeitura fizeram o curso de pregoeiro, mas turmas serão criadas para treinar outros 132 servidores.

Entre setembro de 2001 e outubro de 2002 uma equipe de técnicos da Prefeitura estudou formas de viabilizar o pregão. A Comissão Interdisciplinar de Normatização de Licitações - composta por representantes da Controladoria Geral, Procuradoria Geral, IplanRio e das secretarias municipais de Obras, Fazenda, Saúde e Administração - colaborou para a elaboração de um manual com o passo a passo do pregão. Capacidades como liderança, conhecimento da legislação, ação e rapidez de decisão, bem como experiência em técnicas de negociação, são algumas das características do pregoeiro.



## Internet & Política

O impacto das tecnologias sobre a política contemporânea, alguns exemplos práticos da sua aplicação em políticas públicas e a exclusão digital são os três assuntos principais abordados em livro organizado pelos cientistas políticos José Eisenberg e Marco Cepik lançado pela Editora UFMG.

## EDITORIAL

### Luca Pacioli, precursor da contabilidade

Lino Martins da Silva

Representante da profissão dos contadores em todo o mundo, Luca Pacioli (1445-1514) também pode ser considerado o "herói esquecido" da Renascença. Essa condição está demonstrada em um vídeo produzido em 1994 pelas Big Six (as seis maiores empresas de auditoria do mundo) em comemoração aos 500 anos de lançamento da obra prima de Pacioli: *Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalità: Tractatus Geometrie*. No período do Renascimento, Pacioli era considerado intelectual com saber enciclopédico, amigo de Piero Della Francesca, Leon Battista Alberti e Leonardo Da Vinci.

Como contemporâneo de Da Vinci, vivendo na região da Toscana no século XV durante o apogeu do Renascimento, Pacioli contou com a colaboração do artista para ilustrar sua obra *De Divina Proportione* (imagens ao lado). Também inspirou Da Vinci na elaboração da imagem que se tornou clássica ao representar o corpo humano inserido na forma ideal do círculo e nas perfeitas proporções do quadrado.

Embora esquecido pelos historiadores do Renascimento, Luca Pacioli deixou na sua obra um dos capítulos responsáveis pelo surgimento da contabilidade, texto que mudou completamente o mundo dos negócios ao apresentar a sistematização do denominado método das partidas dobradas que, na realidade, antecedeu as modernas planilhas eletrônicas com suas colunas, linhas e células.

A obra de Pacioli ecoou no mundo inteiro. Em qualquer latitude ou longitude teremos a contabilidade elaborada dentro da mesma sistemática. Pacioli justificou a inclusão de seu tratado na *Summa* argumentando que assim havia decidido porque acreditava ser grandemente necessário aos mercadores o correto registro das suas contas - a partir do crédito, do débito e dos seus correspondentes - e também para determinar os lucros e as perdas de qualquer negócio. Para Pacioli, o comerciante deveria ser um bom conhecedor de registros contábeis e ter, a qualquer momento, a noção exata do status das suas transações.

Em seu livro precursor, há diversas referências à figura do ragioniere como um profissional que deveria ter capacidade intelectual e preparação adequada para desempenhar a sua função. Alguns escritores italianos, como Vincenzo Masi, distinguem a diferença entre ragioniere (administrador) e contabile (contador). Na França, por exemplo, até hoje ainda existe tal separação.

O dono de um pequeno negócio, vale dizer, poderia ser um ragioniere, mas se a sua empresa crescesse seria necessário contratar um especialista para a solução não apenas de problemas contábeis, mas também daqueles relativos a lucros, sociedades, etc. Pacioli entendia que sua obra havia sido escrita para proporcionar melhor preparação aritmética dos práticos contábeis da época, com problemas difíceis de resolver devido à diversidade de moedas e de medidas de cidade para cidade.

Portanto, há mais de cinco séculos, Frei Luca Pacioli escreveu a sua Summa e, com ela, estabeleceu o final de uma era e o início de outra, com o desenvolvimento do método de escrituração dos movimentos intrínsecos e extrínsecos do patrimônio como objeto da contabilidade. Uma produção intelectual que Goethe denominou de "uma das mais belas invenções da mente humana, que todo bom empresário deveria introduzi-la na sua administração".

Este texto responde à enquete "Você sabe quem foi Luca Pacioli?" disponível na página oficial da CGM entre os meses de março e maio de 2003.

O resultado foi o seguinte: 88 pessoas responderam "sim", 51 "não" e 4 "em parte".

#### ENTREVISTA

**José Antonio Godoy - Professor e integrante do Grupo de Normas da Área Pública do CFC**



Professor, co-autor do livro Micro e Pequenas Empresas e vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Piracicaba, José Antonio Godoy formou-se em Administração de Empresas em 1970 e em Ciências Contábeis em 1976. Concluiu o Mestrado com Concentração em Contabilidade em 1981 pela Universidade de São Paulo (USP). Sócio diretor da Perecingodoy Auditores Independentes de Piracicaba, Godoy foi conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade (CRC) do Estado de São Paulo nos períodos de 1986 a 1989, de 1990 a 1993 e de 1994 a 1997, onde também ocupou os cargos de vice-presidente de Registro Profissional, de Fiscalização Profissional e de Administração e Finanças. Em dezembro de 2001, recebeu a medalha Horácio Berlink do CRC paulista.

Pre\$tando Conta\$ - Desde meados de 2002, o Sr. estuda, junto com um grupo no Conselho Federal de Contabilidade, as 18 normas instituídas pela IFAC (Federação Inter-nacional de Contabilidade) para a área pública. Em linhas gerais, em que consistem estas normas?

José Antonio Godoy - As normas editadas pela IFAC se revestem de grande importância, pois têm o objetivo de harmonizar os registros e tratamentos contábeis da área pública, tornando-os mais transparentes. Assim vejo com grande satisfação que o Governo Federal, por meio de sua área de controle interno está dando todo o apoio na sua implantação. As normas até então editadas tratavam de itens específicos de registros contábeis na área pública, os quais com certeza são registrados de forma diferente pelos diversos entes governamentais.

Pre\$tando Conta\$ - O Sr. poderia especificar algumas das normas em estudo?

José Antonio Godoy - Posso citar como exemplo a apresentação das demonstrações contábeis; a demonstração do fluxo de caixa; o superávit e o déficit do exercício, os erros substanciais e as mudanças nas políticas contábeis, entre outras.

Pre\$tando Conta\$ - Qual delas é a mais importante sob o seu ponto de vista? Por quê?

José Antonio Godoy - Entendo que a apresentação das demonstrações contábeis e a demonstração do fluxo de caixa são as mais importantes para o contribuinte, pois apresentam a situação patrimonial e financeira dos organismos públicos de forma a se poder analisar as inversões e os fluxos de valores.

Pre\$tando Conta\$ - Por que as novas regras foram criadas? O que gerou esta demanda?

José Antonio Godoy - As normas foram editadas para harmonizar os registros e as demonstrações contábeis do setor público, em especial os solicitados pelos organismos internacionais de financiamento, como o FMI e o Banco Mundial, para que tenham parâmetros de comparatividade das contas públicas.

Pre\$tando Conta\$ - O que vai efetivamente mudar para o contabilista brasileiro a partir da implantação das medidas em estudo?

José Antonio Godoy - As normas que estão sendo editadas pela IFAC tratam exclusivamente da área pública e contribuem para que o tratamento contábil dos registros públicos seja harmonizado, padronizado, em todo o país. A IFAC já vem, de longa data, editando normas para a área privada e o Conselho Federal de Contabilidade desde 1993, está editando as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Pre\$tando Conta\$ - No caso do contribuinte brasileiro, quais serão as principais conseqüências dessa transformação?

José Antonio Godoy - A meu ver, será a transparência com as contas públicas, apresentadas e divulgadas por meio das demonstrações contábeis.

Pre\$tando Conta\$ - Quanto tempo o Sr. estima que será necessário para as novas normas serem adotadas?

José Antonio Godoy - Como envolvem a área pública, dependerá principalmente da boa vontade política dos governos federal, estaduais e municipais. Espero que a adoção das normas aconteça no menor espaço de tempo possível, ainda que seja muito difícil fazer qualquer tipo de previsão.

## ENTREVISTA

**José Antonio Godoy - Professor e integrante do Grupo de Normas da Área Pública do CFC**

Pre\$tando Conta\$ - Em relação aos profissionais do grupo de estudo, quantos integram a equipe e como foram selecionados?

José Antonio Godoy - O Grupo de Normas da Área Pública do CFC é formado por seis contadores do setor público, selecionados pelo plenário do Conselho. São profissionais dos governos federal, estaduais e municipais.

Pre\$tando Conta\$ - A contabilidade pública é de interesse de qualquer cidadão por tratar do dinheiro dos contribuintes. No entanto, esse campo ainda é pouco estudado no Brasil. Por que isso acontece na sua opinião?

José Antonio Godoy - Infelizmente a área pública não é mesmo tratada com a devida importância, ainda mais por administrar recursos dos cidadãos. Posso afirmar porém, que o mesmo acontecia nos organismos internacionais e no CFC, mas isso está mudando. Espero que rapidamente traga à discussão sua importância e haja uma cobrança maior para sua regulamentação.

Pre\$tando Conta\$ - O Sr. pode explicar a importância da IFAC para os 123 países membros da Federação?

José Antonio Godoy - A IFAC, como organismo internacional e atualmente com respaldo das principais instituições que congregam as nações, se reveste de importância porque busca a harmonização das práticas contábeis entre os países, de forma a permitir que sejam comparados e compreendidos os relatórios contábeis emitidos em qualquer país, sem a necessidade de ajustes, como ocorre atualmente.

Pre\$tando Conta\$ - No exterior, estas normas também já foram adotadas? Como foi a recepção?

José Antonio Godoy - Em especial nos países mais desenvolvidos, as normas já são adotadas há muito tempo. A sua existência decorre de uma visão bem definida da necessidade de transparência nas contas públicas. Mas essas regras sempre terão mais impacto nos países em desenvolvimento, que ao adotarem tal procedimento darão a transparência fundamental para a gestão dos recursos públicos.

Pre\$tando Conta\$ - Existe alguma periodicidade nos encontros realizados pelos países membros da IFAC?

José Antonio Godoy - É comum os comitês da IFAC reunirem os seus integrantes várias vezes ao ano.

Pre\$tando Conta\$ - Qual é, na sua opinião, a importância de uma formação específica na área de contabilidade pública?

José Antonio Godoy - A formação de profissionais especializados na área pública se reveste de grande importância. No Brasil, os contabilistas tradicionalmente vão trabalhar no setor público sem o conhecimento específico, quando necessitarem, antes, aprender os seus mecanismos. O correto seria conhecer antecipadamente todas as características e os procedimentos peculiares da área.

Pre\$tando Conta\$ - Qual é, na sua opinião, a principal dificuldade que um contabilista da área privada enfrenta quando passa a trabalhar no setor público?

José Antonio Godoy - A principal dificuldade, no meu entender, está na abordagem de formas e procedimentos definidos pela legislação que trata do orçamento e da contabilidade pública, que na maioria das vezes não adotam os mesmos procedimentos da área privada - em especial o regime de competência, registro dos investimentos, etc.

Pre\$tando Conta\$ - O Sr. integrou o Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo durante vários anos? Que pontos identificaria como mais instigantes no período em que participou da administração da seção paulista?

José Antonio Godoy - Iniciei no Conselho Regional de Contabilidade em 1986 como Conselheiro Suplente e concluí meus trabalhos em 1997 como Presidente. Nesse período, minha principal busca foi difundir o Conselho no interior do estado de São Paulo, o que realizei deixando ao final do meu mandato 16 sub-sedes nas principais cidades do interior paulista.

Pre\$tando Conta\$ - Qual é a sua experiência no ramo da Contabilidade?

José Antonio Godoy - Minha atuação sempre foi na área de auditoria e consultoria contábil, além de organização para as informações. Também exerço o magistério superior: atualmente sou professor do curso de pós-graduação da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP).

### **Auditoria desenvolve matriz para avaliação de risco**

Quais são as áreas que apresentam maior risco de chegar ao final da gestão sem ter cumprido suas metas? Para responder a esta questão e evitar o problema, a Auditoria Geral da Controladoria Geral do Município desenvolveu uma matriz para avaliação dos riscos existentes nas entidades que fazem parte da administração.

O objetivo do sistema é estabelecer um parâmetro de comparação entre os vários setores que permita identificar os riscos mais comuns, como erros que possam resultar em irregularidades administrativas. Com essas informações, a Controladoria poderá dar maior atenção às áreas problemáticas e programar auditorias

em todas elas. Este trabalho já será utilizado para o planejamento entre julho deste ano e junho de 2004.

A matriz da auditoria baseada em risco foi apresentada por técnicos da Controladoria ao Prefeito Cesar Maia em uma reunião no final de março no Planetário. Ele elogiou a iniciativa: "É um trabalho excelente. É a primeira vez que vejo esse tipo de trabalho no Brasil. Os atuais sistemas são vistos como reguladores e não preventivos como este", disse. Estiveram presentes ao encontro 25 pessoas.

A metodologia utilizada havia sido apresentada antes ao Controlador Geral Lino Martins da Silva para definir o grau de importância dos fatores. Na demonstração ao Prefeito, a Auditora Geral Márcia Andréa Peres Suzano explicou os itens considerados para a construção da matriz de risco: orçamento, contratos, macro-orientação de governo, impacto no cidadão dos serviços prestados, comprometimento dos gestores e tipos de certificados emitidos pela auditoria.

Os pesos para cada fator foram aprovados pelo Prefeito. Ele sugeriu a inclusão de novos fatores de risco, como a situação política da cidade no momento em que se estabelece um plano de prevenção contra falhas na administração. "Inevitavelmente falar de risco é falar de conjuntura, da volatilidade da política", argumentou Cesar Maia.



Para Érika Coelho, responsável pelo projeto, este é um pedido difícil de ser incluído pois ainda não existem critérios técnicos para aferir a área política. Ela destacou que o objetivo da matriz é planejar as auditorias do município para que técnicos de algumas áreas consideradas de baixo risco possam ser deslocados para aquelas que apresentam riscos mais altos.

Segundo os cálculos da Auditoria Geral, as cinco principais áreas de risco no município são: a Secretaria de Saúde, em primeiro lugar, a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), em segundo, seguidas pelas secretarias de Fazenda, de Educação e de Habitação. Cesar Maia concordou com a matriz apresentada. Na sua opinião, porém, outros setores estariam no topo, porque são responsáveis pela administração das verbas da Prefeitura: "Sem fazer nenhum cálculo, os mais importantes para mim são a Controladoria, a Procuradoria, a Fazenda e a Administração".

As cinco instituições que apresentam menor problema de risco no alcance de seus objetivos, de acordo com a matriz, são: as secretarias especiais de Comunicação Social, de Promoção e Defesa dos Animais, de Turismo, de Assuntos Estratégicos e de Desenvolvimento Econômico.

Auditoras e autoras do projeto, Márcia Andréa e Érika fizeram em 2002 um curso de avaliação de risco e auditoria de desempenho no setor público em Sacramento, na Califórnia, promovido pelo Instituto Norteamericano de Auditores Internos. Elas também visitaram setores da administração pública local para

conhecer os mecanismos de auditorias utilizados.

## ESTANTE

### Quando internet e política operam em sintonia



Internet e Política - Teoria e Prática da Democracia Eletrônica  
José Eisenberg e Marco Cepik  
Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 315 p.

Imagine um movimento global de contestação marcado para o mesmo dia, divulgado via internet e que consegue levar para ruas do mundo inteiro milhares de adeptos. Imagine mais, como acessar um site, digitar sua identidade, título de eleitor e senha para votar online em um dirigente do seu país, estado ou cidade.

Estas situações ainda não são realidade, mas debates sobre tais temas são freqüentes no meio científico. A utilização das novas tecnologias de informação e comunicação como meios alternativos para a democracia tem chamado a atenção de pesquisadores do mundo inteiro.

Para explorar o assunto, os cientistas políticos José Eisenberg, do Instituto Universitário e Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), e Marco Cepik, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), organizaram o livro *Internet e Política - Teoria e Prática da Democracia Eletrônica*.

A publicação é resultado do seminário internacional Internet, Democracy and Public Goods, promovido pela UFMG em novembro de 2000. O objetivo foi discutir como o fenômeno da disseminação das tecnologias de informação e comunicação está impactando a política das democracias contemporâneas. Para elaborar o volume, a internet serviu como referência: vários textos foram coletados por meio eletrônico.

O livro reúne artigos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros sobre três temas principais: o impacto das novas tecnologias sobre a política das democracias contemporâneas, exemplos práticos de sua aplicação em políticas públicas e a exclusão digital, tema explorado em texto conjunto dos dois organizadores.

As 315 páginas trazem, entre outros, ensaios de Anna Sampaio, professora de Ciência Política na University of Colorado em Denver, nos Estados Unidos; Michel Elie, diretor do Observatoire des Usages de l'Internet, na França; e Klaus Frey, professor de Administração na Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Rousiley Maia, professora de Teoria da Comunicação da Federal de Minas, avalia como as interações na internet formam novas redes cívicas no âmbito da sociedade civil. Anna Sampaio e Janni Aragon (professora de Ciência Política da University of Califórnia em Riverside, nos Estados Unidos) registram o fracasso das tecnologias de informação e comunicação em transformar os mecanismos de regulação do corpo feminino existentes nos meios de comunicação de massa.

Derek Dictson e Dan Ray, coordenadores da empresa *SecurePoll.com* - um site americano de dados sobre eleições - mergulharam na proposta de votação via web. No ensaio "A moderna revolução democrática - uma pesquisa objetiva sobre as eleições via internet", discutem os problemas e possibilidades do projeto

desenvolvido por eles nos Estados Unidos.

Os pesquisadores também apontam como as tecnologias de comunicação têm potencial para produzir soluções rápidas e inovadoras e, assim, resolver antigos problemas. Mas lembram que as tecnologias podem, ao mesmo tempo, gerar outros obstáculos, ao criar novas formas de exclusão - como a digital.

Eisenberg e Cepik identificam justamente a exclusão como o grande entrave para a criação de uma democracia eletrônica efetiva. Para eles, caberia aos governos federal e local garantir a democratização do acesso eletrônico às informações e aos serviços públicos.

Os ensaios deste livro, de autores pioneiros na pesquisa social sobre a internet, representam um início para o debate que a sociedade brasileira terá que enfrentar ao longo das próximas décadas. São temas que convidam à reflexão e à navegação na web.

### **Pregão vai estimular economia e agilidade nas compras do município**

Segundo Maria Cristina Costa Oliveira, coordenadora de Normas de Aquisição da Secretaria Municipal de Administração (SMA) e presidente da Comissão, em média, os municípios diminuem os custos direto e indireto entre 15% e 30% com o pregão. "Esperamos no primeiro ano de implantação uma redução de 20%". A Prefeitura pretende usar o pregão presencial como treinamento para depois chegar ao eletrônico, no qual o "leilão" acontece via internet. Cerca de R\$ 1,1 milhão serão gastos para a montagem do portal de compras eletrônicas, o e-ComprasRio. O site irá cadastrar as empresas interessadas em participar dos pregões que mais tarde serão realizados online.

Até o final do ano, o município deverá trabalhar com o formato presencial. Mas a implantação do novo sistema não significa que as licitações deixarão de existir. A contratação de obras, serviços de engenharia, locação imobiliária e alienações em geral, por exemplo, não poderão ser feitas por pregão.

Experiências - Instituído pela Medida Provisória nº 2.026/2000 - que em 17 de julho de 2002 se transformou na lei nº 10.520 abrindo a possibilidade para que todos os estados, cidades e municípios a adotassem - o pregão revolucionou as compras públicas.

Na época foi criado o site Comprasnet, que oferece consulta ao cadastro eletrônico de fornecedores, aos avisos e editais de licitações da administração federal. O governo federal, os estados de Minas Gerais, Amazonas, Mato Grosso do Sul e a cidade de São Paulo foram os primeiros a optar pela modalidade de pregão eletrônico.

Minas Gerais adotou o sistema eletrônico em 2002. De acordo com o presidente do Prodemge (Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais), Maurício Dias Costa, o benefício mais imediato é a significativa economia e a agilidade obtidas. "A Secretaria de Planejamento e Gestão, em sua primeira utilização do sistema de pregão eletrônico, que aqui se chama Licitanet, obteve 31% de economia em relação ao valor previamente orçado. A sessão de lances foi realizada em menos de duas horas e todo o processo de compra, desde a publicação do edital até a homologação do objeto ao fornecedor vencedor, foi finalizado em 18 dias, bem menos que o prazo médio para processos similares, que é em torno de 90 dias", relata.

Redução de custos e de prazos, acesso de qualquer lugar, transparência, desburocratização, simplicidade, aumento no número de fornecedores e incremento da competição são algumas vantagens do pregão eletrônico. Ainda assim, pode gerar um pouco de desconforto por ser inteiramente processado via internet.

Costa avalia que esta particularidade do pregão eletrônico não chega a inviabilizá-lo: "É uma desvantagem a eliminação do contato direto com o fornecedor no momento do pregão, mas o fato não chega a comprometer o processo". Para ele, a própria aplicação de novas tecnologias é real motivo de vantagem. Com o pregão eletrônico, estados e municípios estão dando mais um passo rumo ao e-gov, o governo eletrônico.



## Grupo estuda consolidação de balanços públicos

A consolidação de balanços públicos foi o tema discutido entre técnicos da Controladoria Geral do Município no início de junho, durante o II Fórum de Equipes de Estudos Técnicos da CGM. O debate sobre como unir em um mesmo documento informações financeiras e econômicas de todos os setores da Prefeitura - autarquias, fundações, empresas públicas e administração direta - contou com a participação de cerca de 50 profissionais do município.

A intenção é publicar os artigos resultantes da reunião em uma revista técnica da área de contabilidade e controle e colocá-los disponíveis na página oficial da Controladoria.

Segundo o assessor do gabinete do Controlador Geral e coordenador do Fórum, Antonio César Cavalcanti, o objetivo desses encontros é sempre incentivar a troca de informações e de conhecimento, além de quebrar a rotina. "Os temas são sugeridos pelo Controlador Geral. São assuntos ligados à nossa área e que precisam de um aprofundamento maior. Fazemos pesquisas e também ajudamos com material para o estudo", diz.

O tema deste semestre atraiu a atenção de 14 técnicos que se dedicaram a estudá-lo. O grupo verificou que a literatura sobre Consolidação de Balanços Públicos é básica e não explica os problemas enfrentados na sua aplicação. No município, a dificuldade em unificar os balanços acontece principalmente no âmbito das empresas, que são regidas por lei distinta dos demais setores municipais, com diferenças nos critérios de avaliação.

Para aumentar a produtividade da equipe encarregada de estudar o tema, os participantes foram divididos em três grupos: literatura, critérios da Secretaria de Tesouro Nacional e problemas encontrados pelas empresas para a consolidação dos balanços. Vários textos foram consultados para o estudo, entre eles um de 1909 e a legislação de 1940.

A CGM pretende promover o terceiro Fórum ainda este ano - em novembro ou dezembro. A idéia inicial era de que houvesse de dois a três encontros anuais.

Expediente:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

**Prefeito:** Cesar Maia

**Vice-Prefeito:** Marco Antonio Vales

Controladoria Geral do Município

**Controlador Geral:** Lino Martins da Silva

**Sub-controlador:** Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

**Assessora:** Sonia Virgínia Moreira

Prestando Conta\$

**Edição:** Sonia Virgínia Moreira

**Pauta:** Graça Louzada

**Redação:** Graça Louzada e Aline Thomaz

**Editoração:** Inez Torres

**Ilustração:** Zope

**Versão Online:** Edgard Bernardino